

A educação (IV)

• Quantas crianças entre 7 e 14 anos estão fora das escolas? O IBGE diz que são 2,7 milhões. O Censo Escolar de 1997 diz que são menos: 1,8 milhão. Ib Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas, assegura, na última edição da revista "Conjuntura Econômica", que são 3,1 milhões, número que a evasão escolar pode elevar a seis milhões até o fim do ano. A briga dos números é sinal claro de subdesenvolvimento.

A Argentina e o Chile têm estatísticas escolares confiáveis desde o início do século. Os países protestantes industrializados acumulam números desde muito antes. No Brasil, as estatísticas históricas são aproximativas. Os poucos recursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), fundado há 60 anos por Anísio Teixeira, foram eliminados durante o desmonte do Estado promovido pelo Governo Collor. Os últimos números relativamente confiáveis eram de 1986, ou, com boa vontade, de 1989.

Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Inep, é acusada pela sua equipe, meio de brincadeira, meio a sério, de esconder uma alma de feitor de escravos debaixo de uma capa da suave elegância. O fato é que contribuiu para informatizar todas as secretarias de Educação do país, transformou o sistema de avaliação da educação básica numa máquina azeitada, a cargo de um departamento provido de pessoal suficientemente numeroso e especializado.

Sem dados atualizados e confiáveis é impossível fazerem-se planejamentos eficientes. Maria Helena incluiu o ensino médio e a rede privada de ensino nas pesquisas e, na rede pública, focalizou as séries conclusivas dos ciclos escolares, ou seja, a 4ª e a 8ª séries do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. Buscou descobrir, também, o que os alunos compreendem e são capazes de fazer, além do que eles já sabem.

O Censo Educacional está agora atualizado e é repetido anualmente na última quarta-feira de março. Na parte referente ao ensino básico, que é a primeira prioridade do Ministério da Educação, o Inep coleta e avalia os dados de três mil municípios, três mil escolas públicas e privadas, 15 mil professores e 220 mil alunos. Pesquisa, também, 900 instituições de ensino superior, públicas e privadas, que têm 1,7 milhão de alunos cursando 5.600 cursos e empregando 156 mil professores.

A avaliação do ensino universitário, feita pelo Inep através do polêmico Provão, é a grande novidade implantada por este Governo. É uma mudança fundamental, mas dela não tratarei, por ser tão vasto o universo do ensino fundamental que não há espaço agora para cuidar dos outros níveis de ensino.

Saber quantas crianças estudam e onde não basta. É preciso saber ainda o que estudam, como estudam, com que livros, com que professoras e de que nível. É necessário também sugerir currículos mínimos para as disciplinas mais importantes e dar às professoras informações sobre os livros didáticos que lhes são oferecidos. Essas são as tarefas da Secretaria de Educação Fundamental, chefiada por Iara Prado.

Iara, professora da USP, foi subsecretária de Educação em São Paulo durante o Governo Montoro, quando Paulo Renato era o secretário. Tem, portanto, intimidade e um antigo relacionamento de trabalho com o ministro, o que é uma característica de toda a cúpula do Ministério da Educação, completamente diferente da situação nos ministérios preenchidos nas cotas dos partidos políticos. Nos ministérios políticos a liberdade do titular para escolher a sua equipe é reduzida e costuma haver, num posto-chave, um executivo da confiança do ministro Clóvis Carvalho, o supergerente do Governo.

Iara Prado levou ao extremo a terceirização das suas tarefas. Para guiar a escolha de livros didáticos, contratou inicialmente uma equipe de 60 professores de universidades e faculdades de pedagogia do país inteiro. Feitas as primeiras avaliações, contratou outras 800 professoras, com experiência em sala de aulas. O resultado foi uma seleção estrelada. Cada livro apresentado pelas editoras recebe uma nota: de zero a três estrelas. Muitas editoras reclamaram, mas acabaram aceitando a avaliação e melhorando a sua produção. Outro trabalho importante da secretaria foi a elaboração de sugestões para um currículo mínimo de português, matemática, geografia, história, física e química. Essas sugestões, também elaboradas por consultores externos e resultantes de seminários com as secretarias de Educação, são apresentadas num kit, que está sendo enviado à casa de cada professora da rede pública pelo correio.

Tentei mostrar, nos últimos dias, parte das profundas transformações que o ensino básico atravessa no Brasil. Dizem que os investimentos em educação levam, no mínimo, dez anos para frutificar. Se o cálculo é exato, já ganhamos três.